

# CONCORDÂNCIA VERBAL E SUAS VARIÁVEIS

## VERBAL AGREEMENT AND ITS VARIABLES

Renata Lívia de Araújo Santos<sup>1</sup>

**Resumo:** O objetivo deste artigo é discutir sobre concordância verbal e conhecer algumas variáveis linguísticas e extralinguísticas que parecem ser significativas para o uso da variação entre ausência e presença de marcas de concordância verbal. Primeiro, abordamos a concordância verbal a partir da visão normativa, já que a sociolinguística parte de críticas a essa visão para estabelecer a sua. Em seguida, conhecemos melhor a visão variacionista da língua e a abordagem da concordância verbal de acordo com essa visão. Vimos que, conforme a sociolinguística variacionista, a regra de concordância verbal é uma regra variável, que sofre influência de variáveis linguística e extralinguística.

**Palavras-chave:** Concordância verbal; Sociolinguística variacionista; Variáveis.

**Abstract:** The objective of this paper is to discuss about verbal agreement and to know some linguistic and extralinguistic variables that seem to be significant for the use of variation between absence and presence of verbal agreement marks. First, we discuss the verbal agreement according to the normative view, as part of the sociolinguistics establishes its view through criticism to the normative view. Next, we know the variational view of language and the approach of verbal agreement in accordance with this view. According of variational sociolinguistics, we saw that the verbal agreement rule is a rule variable, which is influenced by linguistic and extralinguistic variables.

**Keywords:** Verbal agreement; Variational sociolinguistics; Variables.

## 1. INTRODUÇÃO

A concordância verbal (CV) na língua portuguesa, assim como em outras línguas, é realizada entre o sintagma sujeito e o verbo. Aquele possui marcas de número e pessoa, que também aparecem neste e que permitem a identificação do sintagma sujeito mesmo quando ele não está realizado foneticamente na oração. Percebemos, portanto, uma redundância de marcas de concordância.

- a. *Nós gostamos*<sup>2</sup> de conversar durante a aula.<sup>3</sup>
- b. *Gostamos* de conversar durante a aula.
- c. *Nós gosta* de conversar durante a aula.

Percebemos em a. que o sintagma sujeito (Nós) possuem marcas de concordância com o seu verbo (gostamos), já em b. o sintagma sujeito não está

<sup>1</sup> Estudante de doutorado em Linguística pelo Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGL/UFAL) e bolsista CAPES.

<sup>2</sup> Neste trabalho, os elementos sublinhados correspondem ao sintagma sujeito e os que estão em itálico, à estrutura analisada (sintagma sujeito mais verbo).

<sup>3</sup> Os exemplos a., b. e c. foram criados para ilustração.

realizado foneticamente, contudo, podemos identificá-lo. No exemplo c., observamos que há ausência de marcas de CV, mas, mesmo assim, continuamos identificando o sujeito da oração. Essa ausência nos parece ser, portanto, mais um caso de omissão de redundância do que de falta de CV, já que podemos identificar o sujeito, foneticamente expresso ou não, mesmo com verbos que não apresentem todas as marcas de CV, através de, pelo menos, uma marca de concordância verbal. Contudo, a ausência da flexão verbal é considerada pela visão normativa como uma forma desprestigiada e, portanto, estigmatizada, tanto quando ocorre na linguagem escrita, quanto na oral.

Veremos adiante duas visões distintas acerca da CV. A primeira está preocupada com o estudo da língua escrita, enquanto a segunda, com a observação da língua, seja ela falada, escrita, de sinais, entre outras.

## 2. UMA VISÃO NORMATIVA

A Gramática Normativa (GN) tem como pretensão prescrever a língua culta. Para isso, baseia-se na distinção entre essa língua, “utilizada nas camadas que gozam de prestígio intelectual” (DUBOIS et al, 2006, p. 434) e a língua popular, utilizada nas camadas que não gozam desse prestígio. Desse modo, a GN procura estabelecer a norma padrão da língua, ou seja, estabelecer um sistema de instruções que define a forma “correta” dessa língua. Por considerar a língua falada um caos linguístico e um sistema difícil de ser estudado, a GN se detém ao estudo da língua escrita padrão.

Quando observamos o objetivo da GN, parece ficar claro o reconhecimento da variação linguística, porém esta é vista como um “desvio”, isto é, algo que fere as regras da norma padrão. A GN insere, conseqüentemente, nos estudos sobre a linguagem, as formas consideradas “corretas” e “incorretas”. Esta última forma é tida como uma má formação, sendo socialmente estigmatizada pela sociedade. Assim, na tentativa de evitar o “erro”, a GN elabora regras, derivadas das convenções e dos valores sociais, que “levam” a uma forma “correta”.

Observando a CV na GN, mais especificamente, na *Moderna gramática portuguesa*, de Evanildo Bechara (2004), e na *Nova Gramática do português contemporâneo*, de Cunha e Cintra (2008), que iremos tomar como representativas, percebemos que, através de conceitos abrangentes e de formulações de regras contestáveis, frutos da tentativa de alcançar o mais próximo possível a forma padrão, a GN aborda a ausência de marcas de CV como uma falha, que deve ser evitada, e a presença dessas marcas como a forma correta, que deve ser seguida.

Bechara (2004, p. 543) define CV como aquela “que se verifica em número e pessoa entre o sujeito (e às vezes o predicativo) e o verbo da oração”, dividindo o estudo da CV em três partes: A – concordância de palavra para palavra, que pode ser total ou parcial, “conforme se leve em conta a totalidade ou o mais próximo dos vocábulos determinados numa série de concordância” (Idem), oferecendo alguns exemplos, a saber: ‘Povo sem lealdade não alcança estabilidade’ e ‘Repeti-as, porque se me ofereciam vida e honras a troco de perpétua infâmia’ (p. 554); B – concordância de palavra para sentido, feita quando o sujeito simples é um nome ou um pronome que

tem uma ideia de coleção ou grupo: ‘A gente vamos’, mas o gramático enfatiza que “a língua moderna impõe apenas a condição estética, uma vez que soa desagradável ao ouvido”<sup>4</sup> (p. 555); e C – outros casos de concordância verbal, em que são apresentados vinte e dois casos, destacamos apenas o que diz respeito à concordância do verbo *ser*: “Como se dá com a relação sintática de qualquer verbo e sujeito da oração, o normal é que sujeito e verbo *ser* concordem em número” (Idem, p. 558). O autor também faz uma ressalva: “Todavia, em alguns casos, o verbo *ser* se acomoda à flexão do predicativo, especialmente quando se acha no plural” (Idem).

Cunha e Cintra (2008, p. 510) reconhecem que há uma “variabilidade do verbo para conformar-se ao número e à pessoa do sujeito” e que “a *concordância* evita a repetição do sujeito, que pode ser indicada pela flexão verbal a ele ajustada: ‘**Eu acabei** por adormecer no regaço de minha tia. Quando **acordei**, já era tarde, não **vi** meu pai’” (Idem, grifo do autor). Os autores apresentam como regras gerais os subtópicos: ‘Com um só sujeito’, quando “o verbo concorda em número e pessoa com o seu sujeito, venha ele claro ou subentendido: ‘**A paisagem ficou espiritualizada. Tinha adquirido** uma alma’” (Idem, p. 511), e ‘Com mais de um sujeito’, quando “o verbo que tem mais de um sujeito (sujeito composto) vai para o plural” (Idem): ‘Só **eu e Florêncio ficamos calados**, à margem’, ‘Quando **o Loas e a filha chegaram** às proximidades da courela, logo se **anunciaram**’ (Idem). Em seguida, são apresentados dezesseis casos particulares. Vale destacar apenas o caso ‘concordância com o sujeito mais próximo’: “o verbo que tem mais de um sujeito pode concordar com o sujeito mais próximo: a) quando os sujeitos vêm depois dele: ‘Que te **seja** propício **o astro e a flor**’ (Idem, p. 523).

Após essa tentativa de mostrar como a GN, a partir das gramáticas selecionadas, aborda a CV, podemos afirmar que, para essa gramática, a concordância entre sujeito e verbo, na língua portuguesa, é uma regra obrigatória. Dessa forma, são estabelecidas inúmeras regras, pouco criteriosas, que tentam sistematizar esse assunto, porém, o que se vê é que também há um grande número de exceções, comprovando que tal sistematização é complexa, principalmente, quando se se leva em consideração tal abordagem.

Assim, vários estudos linguísticos surgiram e contribuíram para um certo enfraquecimento da visão normativa. Interessa-nos a visão sociolinguística acerca da concordância verbal, que evidencia, através da observação da língua usada no cotidiano, o contraste entre a visão normativa e a realidade em que a CV se apresenta.

### 3. UMA VISÃO VARIACIONISTA

A Sociolinguística Variacionista (SV), de Labov (2008 [1972]) estuda a gramática das comunidades de fala a fim de comprovar que a língua é governada por diferenças linguísticas e extralinguísticas sistemáticas. Assim, sua atenção recai sobre a

<sup>4</sup> Notem que, ao afirmar isso, Bechara não está sendo funcionalista, como se diz ser, mas purista, preocupado com a “pureza” da linguagem.

heterogeneidade linguística, que, nessa área, não só é reconhecida, mas assumida como objeto de estudo.

Para a SV, a língua apresenta um dinamismo próprio, possuindo formas diferentes, mas que são semanticamente equivalentes. Essas formas, diferentemente da visão normativa, não são consideradas desvios. A língua permite a construção das mesmas e por isso devem ser respeitadas. Cabe ao falante usar a forma mais apropriada em cada contexto. Esse contexto diz respeito, por exemplo, ao local em que a língua está sendo utilizada e ao grau de formalidade.

Partindo desse pensamento, percebemos que na visão da SV não há espaço para preconceitos linguísticos, uma vez que essa área tenta dar uma explicação plausível para a ocorrência dos chamados “desvios” da gramática normativa. A sociolinguística se preocupa com a língua falada no cotidiano, mas não descarta ou estigmatiza as demais modalidades da língua, pelo contrário, há alguns trabalhos que estudam a língua escrita e outros a língua dos sinais, por exemplo. O que interessa à SV é a descrição das variações linguísticas. Logo, a principal crítica da SV aos estudos normativos recai sobre o fato de eles descartarem de seus estudos a característica de que a língua é intrinsecamente heterogênea.

Preocupados com essa diversidade linguística, muitos estudos vêm sendo desenvolvidos de acordo com os pressupostos teóricos da SV, ou seja, levam em consideração que a língua varia conforme o contexto em que ela é utilizada, e, assim, que ela sofre influências não só internas ao seu sistema, mas também externas a ele.

Dentre esses estudos, destacam-se as pesquisas que dizem respeito à concordância sujeito-verbo no português brasileiro. A CV chama a atenção devido à grande quantidade de regras, estabelecidas pela GN, que não são aplicadas na língua falada. Dessa forma, a variação de CV na língua portuguesa tem sido amplamente registrada pelos estudos variacionistas, que vêm demonstrando que a regra de CV é uma regra variável e que essa variabilidade vai depender da influência de variáveis linguísticas e extralinguísticas.

Moura (2007, p. 20) afirma que “segundo a ordem Sujeito-Verbo-Objeto (SVO) no português brasileiro, a concordância é estabelecida entre o sujeito e o verbo”. A autora reconhece “que a concordância verbal pode ser considerada uma regra variável, mesmo em se tratando da norma culta da língua”. Bechara (2004, p. 544) também destaca essa flexibilidade: “é preciso estar atento à liberdade de concordância que a língua portuguesa muitas vezes oferece”. Porém, fica clara a diferença entre as duas falas, em que Bechara (Idem) faz a ressalva a fim de que se tenha cuidado com essa liberdade para “não prejudicar a clareza da mensagem e a harmonia do estilo”, enquanto Moura (2007) procura destacar a variação a fim de que a concordância entre sujeito e verbo possa ser abordada de maneira adequada nas escolas, segundo os pressupostos sociolinguísticos.

Como já dissemos, as pesquisas sociolinguísticas variacionistas evidenciam um português falado no Brasil que varia de acordo com fatores internos e externos à língua. Os principais fatores linguísticos considerados como influentes para a variável CV que vêm sendo apontados por essas pesquisas são posição do sujeito em relação ao

verbo, elementos intervenientes na relação entre sujeito e verbo, paralelismo formal, entre outros. Quanto aos fatores externos ao sistema linguístico, merecem destaque, uma vez que vêm sendo mostrados pelas pesquisas nessa área como fatores que influenciam ou não a variação entre ausência e presença de CV: a faixa etária, a escolaridade e a localidade.

Faz-se necessário, portanto, apresentarmos algumas dessas pesquisas para que possamos ter uma melhor visão acerca da variação entre ausência e presença de marcas de CV.

### 3.1 A VARIÁVEL POSIÇÃO DO SUJEITO EM RELAÇÃO AO VERBO

Os estudos sociolinguísticos variacionistas vêm mostrando que o sujeito quando aparece imediatamente antes do verbo favorece a presença de marcas de CV. Por outro lado, sendo o sujeito posposto ao verbo, vindo imediatamente ou não, ele desfavorece a presença dessas marcas.

Naro e Scherre (2007), ao observar pesquisas a respeito do português europeu, verificam que a CV também é uma regra variável. Essa pesquisa mostrou que

nove dos 12 autores pesquisados apresentam exemplos de ausência de concordância de plural ou variante zero de plural com *sujeito à direita do verbo* no português europeu não padrão: quatro se referem explicitamente ao contexto de variação: ‘... punhom-se pela cabeça, condo **morria pessoas** de uma família chigada...’ (p. 95).

Nos dados de Costa (1994), podemos ver que “a posição do sujeito parece decisiva no controle da variabilidade da concordância verbal” (p. 319). A autora particulariza: “Nas estruturas em que o sujeito se encontra posposto ao verbo, detectei, mais frequentemente, ausência de concordância” (Idem), a exemplo: ‘...ela tinha que... que... *ficava as duas coisas* na cabeça e tudo... (...)’ (p. 317). Vale destacar que o *corpus* dessa pesquisa é constituído por cem textos produzidos por informantes de diferentes níveis de escolaridade.

Silva (2008), ao analisar redações escolares, observa que, tanto na oitava série, quanto no ensino médio, o sujeito anteposto e próximo ao verbo é a condição preferida para a presença de marcas de CV. “Em apenas 3% desse contexto (6 ocorrências em 207), as formas usadas não seguiram o padrão formal, como, por exemplo, em ‘um deles não *foram*’” (p. 36).

No trabalho de dissertação de Santos (2010), foram obtidas 631 ocorrências com sujeito pré-verbal e apenas 76 ocorrências com sujeito pós-verbal. “Quando o sujeito aparece depois do verbo, a probabilidade do falante usar a variante não-padrão em vez da padrão é bem maior (.33)” (p. 107).

### 3.2 A VARIÁVEL ELEMENTOS INTERVENIENTES NA RELAÇÃO ENTRE SUJEITO E VERBO

A variável 'elementos intervenientes na relação entre sujeito e verbo' também vem sendo apontada pelas pesquisas como condicionante decisiva na variação entre ausência e presença de marcas de CV. Nos estudos sobre essa variável, ora observa-se apenas se há elementos entre sujeito e verbo, ora investiga-se não só se há elementos, mas também a quantidade de elementos intervenientes nessa relação.

Pudemos observar no já referido estudo de Santos (2010, p. 98) que a variante não-CV é significativamente condicionada pelo fator 'presença de elementos' (.60), enquanto a variante CV é estatisticamente influenciada pelo fator 'ausência de elementos' (.29).

A pesquisa de Graciosa (1991) sobre a CV na fala culta carioca mostrou que os sintagmas nominais mais distantes do verbo inibem a concordância, enquanto que, quando há "proximidade linear entre SN e SV<sup>5</sup> há maior garantia de a regra se aplicar" (p. 69). A saber: [SN afastado] 'É verdade que *essas duas horas* que eu dou hoje em dia no Instituto de Química *quer* muito tempo de estudo' e [SN próximo] '*os portugueses* conhecem como sopa de entulho' (p. 48-49, grifo nosso).

O trabalho de Santos (1999) sobre a CV na fala de alunos de 1ª à 5ª série do Ensino Fundamental da cidade de Maceió obteve como resultado que o uso de marcas de CV tende a ocorrer mais quando existe material interveniente entre o sintagma nominal sujeito e o sintagma verbal (.43 e .68 de peso relativo, respectivamente). A autora destaca que esta variável "apresentou comportamento diferente de alguns resultados constatados na literatura pertinente, por vários pesquisadores do país" (p.65) e afirmou que "o enviesamento desses resultados deve-se ao fato da grande diferença de casos existentes entre o primeiro fator e o segundo" (p.30).

### 3.3 A VARIÁVEL ESCOLARIDADE

A variável 'escolaridade' sempre despertou interesse para os sociolinguistas variacionistas, que procuram verificar de que maneira essa variável se correlaciona com os fatores linguísticos e qual a limitação dessa correlação.

Tendo em vista que a escola incute padrões e normas linguísticas, estéticas e morais, podemos dizer que a influência dessa variável é correlata aos mecanismos de promoção ou resistência à mudança (VOTRE, 2003, p. 51), revelando-se, assim, importante para os estudos sociolinguísticos variacionistas.

Um dos resultados alcançado por Vieira (1994) é a conclusão de que

nos segmentos da população brasileira que gozam dos direitos da cidadania e possuem um grau de escolaridade elevado, o estigma que recai sobre a ausência da regra de concordância inibe tendências latentes de simplificação na estrutura morfossintática da língua. Já entre os segmentos da base da pirâmide social, observa-se um quadro amplo de variação cuja origem estaria no processo de transmissão linguística irregular (p. 326).

<sup>5</sup> As siglas SN e SV significam, respectivamente, sintagma nominal e sintagma verbal.

Pedrosa e Hora (2000), ao realizarem uma pesquisa que se propõe a observar a ordem sujeito/verbo na comunidade de João Pessoa, chegam à conclusão de que “mesmo discretamente, os informantes com nenhum ano de escolarização favorecem a ordem VS” (p. 106) e, como já vimos, essa ordem parece influenciar a ausência de marcas de CV. Dessa forma, podemos dizer que esses informantes tendem a usar a forma não-padrão.

Costa (1994), em seu artigo, destaca “que a ocorrência ou não da concordância verbal parece não ser influenciada pelo grau de escolaridade do informante” (p. 320), indo de encontro ao que as pesquisas, de uma forma geral, apresentam.

No já mencionado trabalho, Santos (1999) pôde verificar o mesmo comportamento da variável ‘faixa etária’ na ‘escolaridade’, chegando à conclusão de que “há uma relação de dependência muito forte de uma variável sobre a outra” (p. 64), uma vez que os falantes que estão na faixa etária de 8 a 10 anos se encontram no início da escolarização.

A também mencionada pesquisa de Santos (2010) apontou a variável escolaridade exercendo importante influência na comunidade de fala em estudo, “já que à medida que o nível de escolaridade desses falantes vai aumentando, cresce também o uso de formas que são trabalhadas nas escolas e vistas como as formas “corretas” e de prestígio social” (p. 115).

### 3.4 A VARIÁVEL LOCALIDADE

O fator social ‘localidade’, que também pode ser conhecido como ‘regional’ ou ‘geográfico’, e está relacionado “às diferenças linguísticas distribuídas no espaço físico, observáveis entre falantes de origens geográficas distintas” (ALKMIM, 2001, p. 34), se revela igualmente importante para a SV, uma vez que a investigação desse fator poderá apontar possíveis variações e conseqüentes mudanças na língua, já que esta muda gradualmente com o passar do tempo.

É fato também que há diferenças entre o falar de um indivíduo que mora na capital e no interior de um estado ou na zona urbana e na zona rural. Pesquisas sociolinguísticas mostram que os falantes da capital e da zona urbana, quando comparados com os do interior e da zona rural, respectivamente, costumam preservar a forma padrão, enquanto os falantes interioranos e da zona rural tendem a usar menos essa forma.

No estudo de Vieira (1994), destacou-se como condicionadora da CV a localidade a que pertencem os informantes. Esse trabalho procurou investigar a concordância de 3ª pessoa do plural em dialetos populares de três comunidades pesqueiras do Norte-fluminense, localizadas no Rio Paraíba do Sul. O *corpus* analisado foi constituído por dezoito inquéritos do arquivo sonoro do projeto APERJ (Atlas Etnolinguístico dos Pescadores do Estado do Rio de Janeiro), que foram distribuídos nessas comunidades. Após a análise dos dados, percebeu-se

uma diferença de comportamento linguístico entre os falantes das localidades pesquisadas. São João da Barra, cidade localizada no litoral do Estado, apresentou uma menor tendência à não-concordância (.34), seguida de São Fidélis (.42), consideravelmente afastada do litoral. Itaocara, a cidade mais distante do litoral, apresentou a maior tendência a não-concordância (.76) (p. 326).

A variável localidade é pouco estudada no que diz respeito a trabalhos que investigam a variação entre ausência e presença de marcas de CV, ao contrário da variável escolaridade, que vem sendo frequentemente estudada e é considerada como uma variável significativa no uso dessa variação.

### 3.7 CONSIDERAÇÕES A RESPEITO DAS VARIÁVEIS DA CV

Acreditamos, portanto, que todas as pesquisas citadas acima nos mostram uma visão geral do quadro sociolinguístico sobre a CV no Brasil e ratificam a variabilidade da língua e o condicionamento relevante de fatores internos e externos ao sistema linguístico, comprovando, portanto, que a abordagem normativa da língua está longe de dar conta dessa heterogeneidade linguística a partir de regras que só levam em consideração apenas uma única forma da língua, a padrão.

Tendo em vista a variabilidade da CV apresentada acima e a ampla documentação de estudos diversos sobre esse fenômeno linguístico, objetivamos com este trabalho mostrar que a variação entre ausência e presença de marcas de CV constitui um processo passível de sistematização ao ser correlacionado com variáveis linguísticas e extralinguísticas.

### 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao realizar uma discussão sobre a CV a partir de duas visões, a normativa e a variacionista, tivemos como pretensão mostrar que a abordagem da CV que assume apenas uma forma da língua como a única em uso e, assim, descarta as demais, está muito distante da realidade linguística em uso no Brasil.

Vimos que para a visão normativa, o processo de CV se dá quando todas as marcas de CV do sujeito concordam com as do verbo e vice-versa. Já para a visão variacionista, devido à falta da ausência de marcas de CV parecer ser mais um caso de omissão de redundância do que de falta de CV, para que ocorra o processo de CV, é preciso apenas que uma das marcas de CV do sujeito concorde com uma das marcas do verbo ou vice-versa.

Assumindo que a visão variacionista sobre a CV parece ser mais coerente, observamos algumas das possíveis variáveis da CV, ou seja, conhecemos algumas variáveis linguísticas e extralinguísticas que influenciam de forma significativa a variação entre ausência e presença de marcas de CV. Acreditamos que tais discussões são necessárias, uma vez que fornecerão suportes teóricos para que possamos compreender melhor o uso da referida variação.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

- ALKIMIN, T. M. Sociolinguística: parte 1. In MUSSALIN, F.; BENTES, A. C. *Introdução à Linguística 1. Domínios e Fronteiras*. São Paulo: Cortez, 2001.
- BECHARA, E. *Moderna gramática portuguesa*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2004.
- COSTA, M. A. As definições de sujeito e seus traços de caracterizadores. O traço de concordância. *Anais do I Encontro Nacional sobre Língua Falada e Ensino*. Universidade Federal de Alagoas. Coordenação do mestrado em Letras – Maceió: EDUFAL, p. 315-320, 1994.
- CUNHA, C.; CINTRA, L. *Nova gramática do português contemporâneo*. 5.ed. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.
- DUBOIS, J. et al. *Dicionário de linguística*. São Paulo: Cultrix, 2006.
- GRACIOSA, D. M. D. *Concordância verbal na fala culta carioca*. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1991.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. Trad. Marcos Bagno, Maria Marta Pereira Scherre e Caroline Rodrigues Cardoso. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- MOURA, D. O tratamento das variantes padrão e não-padrão na sala de aula. In: MOURA, D. (org) *Leitura e escrita: a competência comunicativa*. Maceió: EDUFAL, 2007. p. 11-26.
- NARO, A. J.; SCHERRE, M. M. P. *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- PEDROSA, J. L. R.; HORA, D. A ordem sujeito/verbo na comunidade de João Pessoa: encaixamento linguístico. *Revista Leitura do PPGLL da UFAL*. Número temático: Teoria e análise linguística, n. 25 – jan./jun. Maceió: EDUFAL, p. 89-117, 2000.
- SANTOS, R. L. de A. *A concordância verbal na fala de menores carentes que vivem em entidades filantrópicas de Maceió*. Maceió: UFAL. Dissertação (Mestrado em Linguística) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2010.
- SANTOS, M. B. *A concordância sujeito-verbo na língua falada por crianças de 1ª à 5ª série da cidade de Maceió-AL*. 1999. Dissertação (Mestrado em Linguística). – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.
- SCHERRE, M. M. P.; NARO, A. J.; CARDOSO, C. R. O papel de tipo de verbo na concordância verbal no Português Brasileiro. *DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica Aplicada*, v. 23, n. spe. São Paulo, 2007. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502007000300012&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010244502007000300012&script=sci_arttext)>. Acesso em 27 de jun. de 2009.
- SILVA, E. V. da. Norma, variação e ensino: a concordância verbal. *Caderno de Letras da UFF – Dossiê: Literatura, língua e identidade*, n. 34, 2008, p. 31-41. Disponível em <<http://www.uff.br/cadernosdeletrasuff/34/artigo2.pdf>>. Acesso em 9 de jun. de 2009.

VIEIRA, S. R. Aspectos da concordância verbal em dialetos populares. *Anais do I Encontro Nacional sobre Língua Falada e Ensino*. Universidade Federal de Alagoas. Coordenação do mestrado em Letras – Maceió: EDUFAL, p. 323-327, 1994.

VOTRE, S. J. Relevância da variável escolaridade. In MOLLICA, M. C.; BRAGA, M. L. (orgs.) *Introdução à Sociolinguística: o tratamento da variação*. São Paulo: Contexto, 2003. p. 51-57.